

ANÁLISE DA CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL PELO BNDES VINCULADO AOS ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE

Ruan Cristian Wojciechowski¹

Anderson Aquiles Viana Leite²

Simone Sehnem³

Rógis Juarez Bernardy⁴

RESUMO

Este artigo contempla uma análise da concessão de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos pequenos produtores rurais, vinculado aos elementos de sustentabilidade. Foram identificadas as linhas de crédito desta instituição que possuem interface com a sustentabilidade, descritas como são concedidas e analisadas à luz da Teoria Institucional. O estudo consiste em uma pesquisa documental, cuja abordagem é descritiva, tendo um enfoque qualitativo. Constatou-se que o BNDES contempla elementos sustentáveis na concessão de crédito aos agricultores familiares, através das linhas de crédito Pronaf Agroecologia e Pronaf Eco, o que contribui com o desenvolvimento das atividades agrícolas sustentáveis, a conscientização socioambiental e são economicamente mais viáveis em relação às modalidades de crédito tradicionais. Ressalta-se que o acesso a esses recursos é previamente definido por critérios sustentáveis. As linhas de crédito do BNDES com a adoção da sustentabilidade corporativa, no segmento bancário, as instituições financeiras obtêm maior legitimidade e melhoria da imagem institucional perante a sociedade. Portanto, conclui-se que gradativamente essas práticas adotadas pelo banco se traduzem em aceitação por parte da população, cada vez mais interessada nas questões ambientais, o que comprova a importância da legitimidade das organizações no meio que atuam.

Palavras chave: Sustentabilidade. Teoria Institucional. Crédito Agrícola.

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças do ambiente mercadológico, a globalização dos mercados, a interligação das informações e a competitividade das organizações, exigem uma gestão profissional. Nesse modelo de gestão, a inovação desenvolve importante papel na estratégia das empresas. No ramo bancário, onde a concorrência agressiva é explícita, as instituições financeiras vivenciam constantemente essas mudanças, procura-se adotar medidas inovadoras para obter legitimidade e reconhecimento em seu ambiente de atuação.

Com maior compreensão da influência dos problemas socioambientais no cotidiano, o governo e a sociedade perceberam a necessidade de maior integração das organizações para buscar alternativas para mitigar impactos ocasionados. Isso exige uma nova postura e agrega questões com teor socioambiental no meio organizacional. Neste sentido, às organizações foram pressionadas a rever seus processos e práticas de gestão. Por meio dessas ações, a sustentabilidade corporativa passa a ser incorporada às estratégias de gestão, comunicação e marketing. A partir de então, o desempenho das empresas é avaliado nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Inicialmente a discussão sobre a sustentabilidade corporativa não incluía o setor bancário, tendo maior foco nos setores ligados às atividades extrativistas e industriais. No entanto, com a disseminação das discussões sobre este tema e maior conscientização da importância das instituições financeiras, as mesmas passaram a incorporar de forma gradual os critérios de sustentabilidade em suas decisões estratégicas.

Com base no entendimento de que é necessário integrar mais as práticas sustentáveis nas instituições bancárias, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: como a concessão de crédito rural vinculado aos elementos de sustentabilidade pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a agricultores familiares pode contribuir no processo de conscientização, práticas socioambientais e melhoria da imagem institucional dos bancos perante a sociedade?

Este estudo objetiva avaliar a concessão de crédito rural vinculado aos elementos de sustentabilidade pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a agricultores familiares. Visa identificar também, quais linhas de crédito desta instituição que vinculam elementos de sustentabilidade para a

concessão dos recursos financeiros e descrever como é efetuada a concessão do crédito para essas linhas específicas que possuem interface com a sustentabilidade. Buscou-se, analisar as linhas de crédito com elementos de sustentabilidade do BNDES, pesquisadas à luz da Teoria Institucional.

O BNDES possui elementos de sustentabilidade em suas linhas de crédito como critério para concessão do recurso financeiro aos agricultores familiares, o que demonstra a sua preocupação com um tema cada vez mais presente no cotidiano corporativo. Além da atividade principal, as instituições financeiras devem simultaneamente inserir a variável sustentabilidade às estratégias de negócios, desenvolver projetos de cunho socioambiental que seja de interesse comum, pois a sua perpetuação depende do seu reconhecimento e credibilidade junto à sociedade.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, por ser um estudo de caso e pesquisa documental. As informações foram extraídas de livros, artigos e sites de pesquisa, institucionais e governamentais. Este artigo tem por finalidade, abordar a sustentabilidade como um diferencial competitivo entre as organizações. A aplicabilidade dos resultados é relevante à medida que aborda a concessão de crédito de caráter sustentável pelo BNDES, sendo uma instituição bancária de abrangência nacional e pública. Destaca-se também, o foco nos agricultores familiares por ser o público de convergência das linhas de crédito do BNDES e pela sua relevância para a dinâmica econômica do país.

A visão da sustentabilidade no âmbito econômico, aliada aos propósitos sociais e ambientais e incorporada aos negócios bancários, é o foco principal da proposta deste estudo. Assim, na análise dos documentos buscou-se salientar o papel do ambiente institucional na estratégia a partir da categoria de análise da Teoria Institucional - pressões institucionais, isomorfismo e legitimidade; a sustentabilidade corporativa percebida como um modelo de negócio; os impactos da concessão de crédito com base em elementos de sustentabilidade e a relevância do fomento às atividades agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares para a dinâmica econômica, social e ambiental.

Observou-se que a pesquisa possui determinadas limitações, como por exemplo, da impossibilidade de sugestões de melhorias no processo de concessão de crédito efetuado pelo BNDES, em função de questões burocráticas, bem como por serem decisões tomadas pelo poder público federal, em conjunto com órgãos reguladores do sistema financeiro nacional. Por tratar-se de uma pesquisa

fundamentada somente em dados secundários, não houve a possibilidade de acessar as informações primárias neste momento.

Além desta seção introdutória, o artigo é composto pela revisão bibliográfica, que se utiliza do aporte de uma diversidade de autores que versam sobre o tema, principalmente discorrendo sobre os conceitos da Teoria Institucional; pelos procedimentos metodológicos, que enfoca o tipo, o *design*, a abordagem e o método da pesquisa; pela apresentação de dados e informações secundárias e as respectivas análises e finalmente pela conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento sustentável é um tema em evidência e cada vez mais discutido na contemporaneidade. Segundo Ribeiro (2001) o desenvolvimento sustentável é um conceito amplo e, devido a esta característica, permite apropriações diferenciadas e ideologizadas por segmentos sociais de interesse. Este conceito sugere a sinergia entre as questões econômicas, sociais e ambientais, buscando melhoria da qualidade de vida da sociedade. Evidencia-se a compreensão dos fundamentos do tripé da sustentabilidade no qual se apoia o conceito de desenvolvimento sustentável: sustentabilidade econômica, social e ambiental.

- a) Sustentabilidade econômica: define-se por uma “alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” (SACHS, 1993, p. 26). A eficiência econômica deve ser medida, sobretudo em termos de critérios macrossociais.
- b) Sustentabilidade social: o processo deve se dar de maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. E considerar o “desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais” (SACHS, 1993, p. 25).
- c) Sustentabilidade ambiental ou ecológica: compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas compatível com sua mínima deterioração. Implica, também, preservar as fontes de recursos energéticos e naturais (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 53).

A concessão de crédito mais acessível a produtores rurais que desenvolvem processos ecologicamente corretos é um modelo que demonstra o comprometimento com um desenvolvimento sustentável. Exemplo disso, linhas de crédito disponibilizado pelo BNDES aos agricultores familiares, exige como critério para liberação do recurso financeiro, o enquadramento dos mesmos à legislação ambiental. O processo deve iniciar pela consciência da concessão do crédito

sustentável (menores taxas, carência e prazos estendidos) a empreendimentos comprometidos com a questão socioambiental.

2.1 Sustentabilidade Corporativa

O engajamento dos bancos com as questões ligadas à sustentabilidade se iniciou na década de 1990, principalmente após a Eco-92. A Conferência, realizada no Rio de Janeiro, consolidou na pauta mundial o interesse pela conservação do planeta e introduziu a Agenda 21 as discussões relacionadas à redução de gases do efeito estufa (GEE) (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008).

As organizações perceberam que a sustentabilidade pode ser fonte de boa imagem, sendo que os projetos implantados passaram a serem amplamente divulgados e as ações sustentáveis foram incorporadas às estratégias de gestão, comunicação e marketing. Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008), sustentabilidade corporativa é a aplicação prática, pelas empresas, do conceito de desenvolvimento sustentável. Trata-se da adoção de critérios socioambientais, além de econômico-financeiros, na definição da estratégia e operação do negócio, bem como nas relações com as partes interessadas.

A sustentabilidade corporativa se torna essencial nas empresas, pois se baseia em um novo modelo de gestão de negócios, estando em conformidade com novos padrões exigidos, atendendo às expectativas dos *stakeholders*, ou grupos de interesse. Assim, a sustentabilidade corporativa necessariamente incorpora as dimensões social e ambiental à estratégia de negócios, e o desempenho da empresa também deve ser avaliado nestas três dimensões (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008).

As constantes mudanças e novas tendências no ambiente mercadológico apontam a necessidade de “investimentos em novas formas de gestão como a responsabilidade social corporativa (RSC) que possam funcionar como estratégias empresariais para assegurar e incrementar a rentabilidade das empresas” (MATHIS; MATHIS, 2012, p. 133). Conforme Cezar (2007, p.121), “[...] a ideia da responsabilidade social corporativa adquiriu consistência no meio empresarial, sendo traduzida como o conjunto de atividades que a empresa realiza para atender [...] externamente, as demandas das comunidades, em termos de [...] preservação do meio ambiente”.

2.2 Teoria Institucional

De acordo com Lopes e Baldi (2013) “a teoria institucional é constituída de três vertentes distintas: institucionalismo econômico, político e sociológico”. Destacam-se as diferenças entre o novo e o velho institucionalismo para melhor compreensão da teoria. Os estudos de Selznick (1949) representam os fundamentos do velho institucionalismo sociológico, prevalecendo à compreensão das relações entre organização e o ambiente nos estudos organizacionais (LOPES; BALDI, 2013). Lopes e Baldi (2013) relatam que o novo institucionalismo, o foco não é o ambiente local (comunidade), mas inclui outros setores e campos organizacionais que possuem ligação com as fronteiras do ambiente da indústria, profissões e Estados-nação.

As demandas do ambiente são operacionalizadas pelos autores por três mecanismos isomórficos, conceito esse que melhor compreende o processo de homogeneização (LOPES; BALDI, 2013). Para Di Maggio e Powell (1991a, p. 66), Isomorfismo “é um processo limitante que força uma unidade em uma população a copiar outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais”. Conforme Lopes e Baldi (2013) esses mecanismos já vêm sendo amplamente discutidos e podem ser assim exibidos: a) isomorfismo coercitivo: resulta da influência política e do problema da legitimidade; b) isomorfismo mimético: é o resultado de padrões de resposta a situações de incerteza; c) isomorfismo normativo: associado com a profissionalização. Neste sentido, Oliver (1996) enfatiza que a Teoria Institucional pode explicar não somente a heterogeneidade e isomorfismo da firma, mas também heterogeneidade e variações na sua lucratividade.

O institucionalismo auxilia na compreensão da eficiência das estratégias organizacionais. Para Di Maggio e Powell (1991b, p.11), a “teoria institucional enfatiza a estrutura da ação e a ordem estabelecida pelo sistema compartilhado de regras, as quais limitam a inclinação e capacidade de os atores aperfeiçoarem e privilegiarem alguns grupos cujos interesses são assegurados por meio de recompensas e sanções”. No segmento bancário, por exemplo, as instituições financeiras são igualmente regidas pelos órgãos regulamentadores, obrigando-as a criarem estratégias para se sobressair num mercado cada vez mais competitivo.

Segundo Scott e Meyer (1991) os processos e ações que são repetidas e assimiladas por uma determinada organização levam o nome de institucionalização. Meyer e Rowan (1977) enfatizam que as sociedades têm muitas regras institucionalizadas que fornecem a estrutura para a formação das organizações formais, e este conjunto de procedimentos e normas forma a composição de uma instituição.

Para Selznick (1972), instituição é um processo que ocorre numa organização ao longo do tempo, refletindo suas peculiaridades históricas e o relacionamento com o ambiente construído pelas pessoas que nela trabalharam, pelos grupos e pelos interesses criados.

Carvalho, Goulart e Vieira (2004), argumentam que uma organização é um instrumento com o objetivo de satisfazer alguma demanda social, direta ou indiretamente. Observa-se desses conceitos que, ao perdurar ao longo do tempo, uma organização pode transformar-se em uma instituição. A instituição e o processo são temas interligados e intimamente incluídos na Teoria Institucional. Fachin e Mendonça (2003), explicam que a Teoria Institucional proporciona importantes contribuições para a gestão das organizações, uma vez que os processos resultam não apenas da ação humana, mas igualmente das interações no contexto cultural e político.

Clegg e Hardy (2006), afirmam que é nessa perspectiva que a teoria institucional se mostra promissora no estudo das organizações, pretendendo explicar os fenômenos organizacionais por meio da compreensão de como as estruturas e ações organizacionais tornam-se legitimadas e quais as consequências nos resultados planejados para as organizações.

Oliver (1996) enfatiza que a eficiência dos mercados e, conseqüentemente, a estratégia das organizações decorrem não somente dos impedimentos econômicos, como também dos impedimentos institucionais. O processo organizacional de um banco que envolve o sistema de crédito, sendo regido por critérios específicos pode ser considerado um impedimento econômico e institucional. Como por exemplo, é possível citar a concessão de um financiamento com elementos de sustentabilidade, onde a forma de concessão dos recursos financeiros depende de uma análise prévia de risco econômico-financeiro (impedimento econômico) e socioambiental (impedimento institucional). Segundo Brundani e Sasaki (2007, p. 3):

Ao atuar em um determinado segmento de mercado, com o propósito de proporcionar bens e serviços à sociedade, as empresas – seus gestores - precisam ter em pauta quais as peculiaridades desse ambiente em que estão inseridas, e como irão proceder para que possam sobreviver e ganhar vantagens em relação aos seus concorrentes.

Hoque e Hopper (1994), Tolbert e Zucker (1999) complementam que a organização de maneira geral não pode buscar apenas a eficiência e a eficácia simplesmente. Faz-se necessário que as práticas adotadas se traduzam também em aceitação da organização por parte da comunidade em que atua.

Esses critérios pré-estabelecidos e amplamente utilizados pelas organizações levam a homogeneização desse padrão, como ocorre na forma da análise de risco de crédito pelas instituições bancárias. Carvalho, Andrade e Mariz (2005) explicam que as empresas tornam-se idênticas ao aderirem a padronizações institucionais já existentes nesses ambientes. Suas escolhas decorrem em composições culturais históricas anteriormente constituídas.

Quando se trata de instituições bancárias e seus processos, a tendência se acentua em maior proporção, Moura e Dias Filho (2009) afirmam que os bancos de menor porte tendem a copiar modelos e práticas de divulgação adotadas por bancos maiores. Os resultados confirmaram a hipótese de que quando se deparam com incertezas e ameaças significativas a sua continuidade, as organizações tendem a copiar estruturas e modelos adotados por outras e que sejam percebidas como eficientes.

Como uma instituição bancária está inserida em um amplo aparelho social, a mesma deve refletir em seus processos, os anseios desta sociedade. Giddens (2003) argumenta que uma instituição, enquanto propriedade de um sistema social, precisa ser continuamente reproduzida por meio das práticas sociais. Uma sociedade está em constante mudança, novos padrões se formam e devem ser assimilados e aceitos por seus agentes. Brundani e Sasaki (2007, p.1 e 2) citam que a direção das organizações deve buscar “não restritamente uma melhor posição competitiva em relação a seus concorrentes, como também maior legitimidade na interação com seu ambiente de atuação”.

O próprio processo de mudança está inserido na Teoria Institucional. Para Carvalho, Andrade e Mariz (2005), esta envolve a possibilidade da modificação, onde uma transformação de modelos e normas serve para garantir concordâncias e

diminuir riscos e improbabilidades, uma vez que a mudança acontece para amparar uma estrutura de valores partilhados.

As organizações bancárias ao agregar fatores de sustentabilidade em seus processos de análise de risco de crédito estarão se aproximando da sociedade por meio da responsabilidade social corporativa (RSC). Vaz (2013, p. 11) discorre:

Deste modo, a interação entre a organização e o ambiente vai além do comportamento dos seus membros, chegando até as suas estruturas econômicas. É desafio das organizações encontrar recursos e transformá-los. Esta transformação certamente não faria sentido se não levasse em conta o ambiente, afinal de nada interessa produzir algo pelo o que outros não se interessem.

Mendonça e Gonçalves (2002) destacam que as ações corporativas de responsabilidade social normalmente se caracterizam pela adoção de um comportamento ético pela organização. Cabe ressaltar a visão de Ventura (2003), que observa a responsabilidade social não como uma questão moral, mas sim de interesse econômico das empresas. Mendonça e Gonçalves (2002) citam que muitas organizações seguem práticas éticas e responsáveis com o objetivo de que suas ações reflitam em preferência pelos clientes por seus produtos e serviços.

Segundo Peci (2005), a permanência das instituições decorre não apenas do fato de satisfazerem necessidades humanas, culturalmente definidas, mas também de um conjunto de fatores contingenciais advindos de relações de fenômenos sociais com outros sociais, e demais fenômenos não identificados como sociais. Logo, nota-se que a perpetuação de uma empresa está relacionada, sim, a valores que se dirijam à conquista e satisfação de seus consumidores, o que pode acontecer por meio de um relacionamento mercadológico caracterizado pela responsabilidade social.

2.3 Práticas para a sustentabilidade no setor bancário

A incorporação da sustentabilidade deve estar integrada à missão da instituição financeira, norteando suas políticas em todas as áreas. São essas políticas que servirão de base para a elaboração de estratégias de negócios fundamentadas em critérios socioambientais (MATAROZZI; TRUKL, 2008). Assim, para avaliar o grau

de comprometimento de uma instituição com a sustentabilidade, pode-se considerar o alinhamento de suas políticas e estratégias com as práticas sustentáveis.

As práticas de sustentabilidade podem estar presentes em empresas do setor bancário de diversas formas: na oferta de produtos, gestão de resíduos, reformulação de processos, na relação com fornecedores, concessão de crédito, entre outros. As atividades de financiamento dos bancos são o principal gerador de impacto ambiental no meio em que atuam (MATTAROZZI; TRUNKEL, 2008). Neste sentido, ressalta-se a importância da consciência no momento da concessão de crédito, exigindo que os recursos financeiros sejam destinados aos projetos que não impactem de forma negativa no meio ambiente.

2.3.1 Exigências dos indicadores de sustentabilidade no aporte ao crédito

O aumento dos últimos anos da oferta de crédito no Brasil é uma condição de aporte para o seu crescimento econômico. Diante deste cenário, as instituições financeiras têm um papel fundamental na possibilidade de assumir uma nova postura na concessão de crédito, tendo como base, além dos aspectos econômico-financeiros, também os critérios que envolvem os processos sustentáveis.

A análise de risco socioambiental é um fator-chave para a disseminação da sustentabilidade na cadeia de valor do setor financeiro. Ao incluir critérios sociais e ambientais aos processos convencionais de avaliação de risco, os bancos obtêm uma visão sistêmica sobre seus clientes. Na era da valorização do capital ambiental deve-se considerar aquilo que normalmente não é comercializado, trata-se de estabelecer valor monetário a um recurso não renovável (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

As instituições financeiras vêm adotando como critério nas liberações de crédito, variáveis relacionadas à questão socioambiental. No entanto, de forma reduzida, se considerado o impacto que essa atitude possui na sociedade. Isso demonstra que a questão ambiental já está integrada ao meio bancário. Entretanto, fazem-se necessárias mudanças com o intuito de ampliar a abrangência deste processo de conscientização da importância de atitudes ecologicamente responsáveis. Compete aos bancos, pelo papel que exercem na sociedade, desenvolver a forma de destinação adequada dos seus recursos, resguardando o

resultado financeiro de suas instituições, àqueles que efetivamente contribuem com a questão socioambiental.

À medida que este conhecimento se dissemina, a sociedade passa a exigir tanto do poder público quanto privado ações inovadoras, como por exemplo, de caráter sustentável. Tachizawa (2010, p. 59), assim discorre, “a organização empresarial para os anos vindouros será caracterizada pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, inclusive maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

2.3.2 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES¹ é, na atualidade, o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental. Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais, como por exemplo, taxas de juros subsidiadas, carência para pagamento e maiores prazos, para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para a educação e a saúde, a agricultura familiar, o saneamento básico e o transporte urbano.

O banco é uma das principais instituições financeiras responsáveis pelo incentivo da agricultura familiar. Tendo em vista a importância da agricultura familiar como geradora de ocupação, alimentos e renda, o BNDES desenvolve papel fundamental na busca por melhores condições no espaço rural. O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

¹ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, é uma empresa pública federal, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. Tem como objetivo financiar a longo prazo os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco. Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, alinhado aos desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea (PORTAL BNDES, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa discorre sobre a forma de concessão de crédito rural sustentável pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos agricultores familiares, através de linhas que possuem interface com a sustentabilidade. Essa estratégia de pesquisa permitiu identificar todo o processo que envolve da concessão do crédito, desde sua origem até a correta destinação dos recursos financeiros, nas propriedades agrícolas, bem como analisar a importância do institucionalismo nas estratégias organizacionais.

Este trabalho se caracteriza como estudo de caso, tendo um enfoque eminentemente qualitativo. Conforme Yin (2010, p. 39) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Quanto ao público da pesquisa, optou-se pelo banco BNDES, em função de possuir linhas de crédito rural, com viés sustentável e por ser o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia. A escolha pelos agricultores familiares se deu em virtude de serem os beneficiados destes recursos financeiros e cumprirem as exigências sustentáveis do banco.

Para a realização do estudo, no período de 03/2014 a 06/2014, foram consultados livros, artigos acadêmicos e sites de pesquisa, institucionais e governamentais, permitindo o entendimento das estratégias adotadas pelas organizações com viés socioambiental. A técnica de coleta de informações utilizada por meio de pesquisa bibliográfica apresenta-se adequada ao trabalho, viabilizando e atendendo as expectativas criadas para a pesquisa. Ao referir-se à coleta de informações, Carvalho (2008, p. 157) argumenta que “o pesquisador vai observar

uma parte da realidade, natural ou social, a partir de sua proposta de trabalho e das próprias relações que se estabelecem entre os fatos reais”.

Assim, na análise dos documentos buscou-se salientar o papel do ambiente institucional na estratégia a partir da categoria de análise da Teoria Institucional - pressões institucionais, isomorfismo e legitimidade; a sustentabilidade corporativa percebida como um modelo de negócio; os impactos da concessão de crédito com base em elementos de sustentabilidade; e a relevância do fomento às atividades agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares, para a dinâmica econômica, social e ambiental.

Observou-se que a pesquisa possui determinadas limitações, como por exemplo, da impossibilidade de sugestões de melhorias no processo de concessão de crédito efetuado pelo BNDES, em função de questões burocráticas, bem como por serem decisões tomadas pelo poder público federal, em conjunto com órgãos reguladores do sistema financeiro nacional. Por tratar-se de uma pesquisa fundamentada somente em informações secundários não houve a possibilidade de acessar as informações primárias, que tratavam sobre o tema proposto. Isso permitiria analisar os impactos da concessão de crédito com elementos de sustentabilidade e pode ser uma potencial pesquisa vindoura.

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DA PESQUISA

Nesta seção são abordados assuntos referentes ao processo que envolve a concessão de crédito rural pelo BNDES aos agricultores familiares, iniciando pelo repasse de crédito pelo banco estatal aos agentes financeiros credenciados até a aplicação do recurso financeiro pelo produtor rural. Também foi discorrido sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como a forma de acessar as linhas de crédito integrantes deste programa.

4.1 Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)

Como setor importante, mas com dificuldade de acesso ao crédito, a agricultura familiar passou a ser alvo de uma política pública específica, a partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Trata-se, conforme De Conti e Roitman (2011) de um programa do governo federal

cuja finalidade é “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996), estimulando, dessa forma, a permanência no espaço rural.

No início do programa, o Pronaf possuía três linhas de atuação: infraestrutura e serviços municipais; capacitação; e crédito, das quais a última é o objeto de estudo deste artigo. Em sua modalidade crédito, o Pronaf dispõe de linhas com taxas de juros inferiores às de mercado e em condições mais favoráveis do que as vigentes no crédito rural convencional. Os financiamentos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva e destinam-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes em cooperativas de produção. No âmbito do Pronaf, podem ser financiadas não apenas atividades agropecuárias, mas também o agronegócio familiar, a produção artesanal e o turismo rural, desde que explorados mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural (DE CONTI; ROITMAN, 2011).

O BNDES opera o Pronaf desde o ano-safra 1996-1997, isto é, praticamente desde o início do programa. Os recursos, repassados aos agentes financeiros credenciados para serem emprestados aos agricultores familiares, eram, até 2007, apenas para investimento. A partir desse ano, o BNDES passou a operar, também, o crédito de custeio. Nesse caso, os recursos são repassados necessariamente a cooperativas centrais de crédito credenciadas como agentes financeiros do BNDES (DE CONTI; ROITMAN, 2011).

Tem acesso à linha de crédito rural Pronaf, agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento. É preciso apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)² válida e cumprir os requisitos descritos a seguir:

² A DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA.

- a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;
- b) residir na propriedade ou em local próximo;
- c) não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais³, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor (este item não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais);
- d) obter, no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária. Podem manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar e;
- f) ter obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (PORTAL BNDES, 2014).

A junção da DAP juntamente com os requisitos descritos acima, qualificam os produtores rurais ao acesso a linhas de crédito economicamente mais viáveis e com viés socioambiental.

³ Expresso em hectares, módulo fiscal é uma medida fixada para cada município, levando-se em conta fatores como tipo de exploração predominante e renda obtida. Por exemplo: em Benjamin Constant (AM), o módulo fiscal é de 100 hectares; em Chapecó (SC), o módulo fiscal é de 20 hectares.

4.2 Critérios de avaliação para concessão de crédito rural

Os critérios de avaliação para concessão de crédito rural são normatizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) - criado pela Lei 4.595, de 31.12.1964, é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Nas linhas de crédito rural sustentável são exigidos alguns critérios aos agricultores familiares. Conforme exigências do BACEN (2014) são essenciais: idoneidade do tomador; apresentação de orçamento, plano ou projeto, salvo em operações de desconto; oportunidade, suficiência e adequação dos recursos; observância de cronograma de utilização e de reembolso; fiscalização pelo financiador; liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais, ou organizações cooperativas; observância das recomendações e restrições do zoneamento agroecológico e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

De acordo com o BACEN (2014) a escolha de garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito, observada a legislação própria de cada tipo. Pode constituir-se de: penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal ou cedular; alienação fiduciária; hipoteca comum ou cedular; aval ou fiança; seguro rural ou ao amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); proteção de preço futuro da *commodity* agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular; outras que o Conselho Monetário Nacional admitir.

Por serem recursos financeiros subsidiados pelo banco estatal, com viés socioambiental, o cumprimento das normas é fundamental para a liberação do crédito. Os agentes financeiros credenciados devem seguir exatamente as exigências das linhas de crédito, uma vez que podem ser descredenciados, não dispondo desta modalidade creditícia.

4.3 Linhas de crédito que vinculam elementos de Sustentabilidade para concessão dos recursos financeiros

O BNDES desenvolve várias práticas de sustentabilidade. Uma das mais impactantes é na concessão de crédito. Exemplo prático são as linhas de crédito

integrantes do Pronaf que estão vinculadas a elementos sustentáveis (BNDES, 2014):

- Pronaf Eco: Clientes: pessoas físicas enquadradas como agricultores familiares do Pronaf desde que apresentem proposta ou projeto técnico para investimento em uma ou mais finalidades a seguir:

- a) tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas;
- b) tecnologias ambientais, como estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem;
- c) armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água;
- d) pequenos aproveitamentos hidroenergéticos;
- e) silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros;
- f) adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando à sua recuperação e ao melhoramento da capacidade produtiva.

Condições financeiras: taxa de juros 1% ao ano (a.a.) - para operações de até R\$ 10 mil; 2% a.a. - para uma ou mais operações com valor superior a R\$ 10 mil. Caso o cliente contrate nova operação no âmbito do Pronaf ECO, que somada ao valor contratado no mesmo ano agrícola ultrapasse R\$ 10 mil, o novo financiamento será contratado com a taxa de juros de 2% a.a.

Participação máxima do BNDES: até 100%.

Prazo Total: até 12 anos, para projetos de miniusinas de biocombustíveis com as finalidades (a) e (e); até 10 anos para as finalidades (a) a (d); e até 5 anos para a finalidade (f).

Prazo de Carência: até 8 anos para a finalidade (e), quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar sua necessidade; até 5 anos para as finalidades (a) a (d), quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar sua necessidade; e até 2 anos para a finalidade (f).

Participação do BNDES: até 100%

Limite de financiamento: R\$ 300 mil, para as atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura; R\$ 150 mil, para as demais. O limite será de R\$ 750 mil exclusivamente para operações coletivas para o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum. Deve ser respeitado o limite individual (R\$ 150 mil ou R\$ 300 mil) e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R\$ 150 mil por beneficiário e por ano agrícola. O limite por mutuário independe daqueles definidos para outros financiamentos no âmbito do Pronaf. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos consecutivos, condicionada a concessão do segundo ao prévio pagamento de pelo menos três parcelas do primeiro financiamento e à apresentação de laudo de assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento (PORTAL BNDES, 2014).

- Pronaf Agroecologia: Clientes: pessoas físicas enquadradas como agricultores familiares no Pronaf, e desde que apresentem proposta simplificada ou projeto técnico para: sistemas agroecológicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Finalidade: investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Condições financeiras: taxa de juros 1% ao ano (a.a.) - para operações de até R\$ 10 mil; 2% a.a. - para uma ou mais operações com valor superior a R\$ 10 mil. Caso o cliente contrate nova operação no âmbito do Pronaf ECO, que somada ao valor contratado no mesmo ano agrícola ultrapasse R\$ 10 mil, o novo financiamento será contratado com a taxa de juros de 2% a.a.

Prazo Total: até 15 anos, incluídos até 3 anos de carência, para financiamento de estruturas de armazenagem; até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para demais casos.

Participação máxima do BNDES: até 100%.

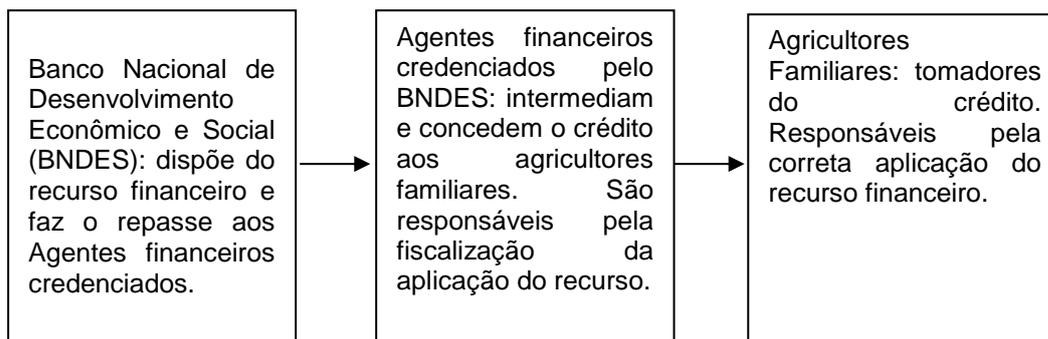
Limite de financiamento: R\$ 300 mil, para as atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura; R\$ 150 mil, para as demais. O limite será de R\$ 750 mil exclusivamente para operações coletivas para o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum. Deve ser respeitado o limite individual (R\$ 150 mil ou R\$ 300 mil) e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R\$ 150 mil por beneficiário e por ano agrícola (PORTAL BNDES, 2014).

4.4 Descrição de como é efetuada a concessão do crédito para essas linhas específicas que possuem interface com a sustentabilidade

Os financiamentos para as linhas específicas que possuem interface com a sustentabilidade que provém dos programas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é realizado por meio dos agentes financeiros credenciados pelo BNDES (BACEN, 2014). Um diagrama com os passos envolvidos na operação de disponibilização dos créditos do PRONAF se encontra na Figura 1:

O crédito rural pode ser liberado somente em uma vez ou em parcelas, por caixa ou em conta de depósitos, de acordo com as necessidades do empreendimento. Sua utilização deve obedecer ao cronograma de aquisições e serviços. O pagamento pode ser efetuado somente em uma vez ou em parcelas segundo os ciclos das explorações financiadas. O prazo e o cronograma de reembolso devem ser estabelecidos em função da capacidade de pagamento, de maneira que os vencimentos coincidam com as épocas normais de obtenção dos rendimentos da atividade assistida. A instituição financeira é obrigada a fiscalizar todos os créditos, ressalvados os casos expressamente previstos (BACEN, 2014). A Figura 1 ilustra esse processo.

Figura 1: Processo para a concessão de crédito pelo BNDES.



Fonte: elaborado pelos autores.

4.5 Análise das linhas de crédito com elementos de sustentabilidade do BNDES pesquisadas à luz da Teoria Institucional

A concessão de crédito para o setor agrícola é uma questão delicada, pois se trata de um setor com risco elevado, sujeito a fenômenos climáticos e com grande oscilação de preços de seus produtos. O BNDES desenvolve um papel importante na concessão de recursos financeiros aos agricultores familiares, para o fomento da produção de alimentos, considerando uma série de situações adversas que elevam os riscos das operações de crédito.

A concessão do crédito rural vinculado aos elementos de sustentabilidade, para agricultores familiares, possui critérios previamente definidos, sendo regulamentado pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Dentre as linhas de crédito oferecido pelo BNDES, às destinadas aos agricultores familiares possuem um viés socioambiental, considerando que os juros são mais acessíveis e o prazo e carência são maiores que as linhas do crédito rural convencional. As duas linhas de recurso financeiro abordadas no artigo, Pronaf Agroecologia e Pronaf Eco, revelam que o banco dispõe de crédito economicamente mais viável para pequenos produtores rurais com o objetivo de alavancar as atividades por eles desenvolvidas, bem como integrar processos sustentáveis na propriedade por meio destes financiamentos.

A análise de risco do BNDES, não se limita apenas na questão econômica. Inclui também aspectos socioambientais. No seu planejamento estratégico, elegeu o desenvolvimento socioambiental como uma das prioridades do banco, evidenciando que uma organização deve buscar além do lucro, a satisfação das partes envolvidas no seu processo. As constantes alterações mercadológicas exigem flexibilidade e

inovação das organizações para se adequarem aos novos padrões, procurando atender às necessidades almejadas pela sociedade.

Quando se aborda desenvolvimento sustentável como uma variável para a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, percebe-se que as instituições financeiras podem contribuir muito por meio das liberações de crédito de forma responsável. Neste sentido, por ser um banco estatal, o BNDES exerce papel importante de instituição modelo, sofrendo pressões isomórficas de natureza coercitiva, advindas de outras instituições e principalmente de regulamentações governamentais. Referindo-se às abordagens institucionais, Mendonça e Andrade (apud MENDONÇA; GONÇALVES, 2002) explicam que as organizações que anseiam conseguir a aceitação dos seus grupos de interesse, não devem se assentir somente às normas e solicitações desses grupos, devem comunicar, propagar e evidenciar esta consonância.

Pela relevância e pelo grau de esclarecimento que o setor bancário possui, verifica-se a necessidade de maior abrangência e incentivo ao meio rural, especialmente aos agricultores familiares no que diz respeito ao planejamento da destinação do recurso e retorno do investimento, comprovando a hipótese de que a condução das questões econômica, ambiental e social pode acontecer de forma simultânea dentro do ambiente da instituição bancária e legitimado pelos produtores rurais. Para Pfeffer e Salancik (apud MENDONÇA; GONÇALVES, 2002, p. 1), “a legitimidade é um *status* conferido à organização quando os *stakeholders* endossam e dão suporte aos seus objetivos e às suas atividades”.

Complementando, no caso do BNDES, dentre as variáveis que influenciaram no processo de desenvolvimento de ações socioambientais, por ser um banco público e tido como exemplo por grande parte do setor, pode-se citar a influência política. Cabe ressaltar a importância da legitimidade ou aceitação pela sociedade no meio de atuação desta organização, por meio do reconhecimento dos projetos desenvolvidos em prol da coletividade. O estabelecimento de padrões e critérios nos processos do BNDES reforça a ideologia da teoria institucional, explicado pelo isomorfismo normativo, que remete para a profissionalização dentro das organizações. Oliver (1996) afirma que a Teoria Institucional pode explicar não somente homogeneidade e isomorfismo da firma, mas também a heterogeneidade e variações na sua lucratividade.

Buscando refinar essa pesquisa, abordou-se a importância da utilização de elementos socioambientais como critérios de avaliação de risco de crédito nos financiamentos do BNDES aos pequenos agricultores, analisado com base nos fundamentos da Teoria Institucional destacando todos os aspectos e critérios apresentados dentro de uma organização.

Diante da necessidade de integrar processos com viés socioambiental no planejamento estratégico no ramo financeiro, o *benchmarking* é uma ferramenta que pode auxiliar outros bancos a implantarem práticas já consolidadas. A resistência às ações de cunho ecológico entre os bancos ocorre principalmente por aspectos institucionais, bem como pela cultura capitalista do setor, que remete a incompatibilidade entre resultados econômicos com projetos voltados à questão social e ambiental. Esses aspectos demonstram a combinação de impedimentos institucionais e econômicos para a adoção, pelos bancos, dessas políticas (OLIVER, 1996).

As linhas de crédito sustentável do BNDES, abordadas neste estudo, demonstram que questões institucionais vêm moldando a ação econômica no setor bancário, alterando a visão de que apenas o aspecto econômico interferia nos resultados da organização. Para maior esclarecimento sobre responsabilidade social corporativa, destaca-se o posicionamento de Ventura e Ashley (*apud* VENTURA, 2003, p. 2):

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo ou alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela, assumindo, assim, além de suas obrigações estabelecidas em lei, também obrigações de caráter moral, mesmo que não diretamente vinculadas às suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

O tema sustentabilidade já compõe a missão de instituições bancárias e deve ser permeada para suas áreas e operações, compondo seus produtos e serviços e conseqüentemente rentabilizando seus resultados. Ao incluir critérios direcionados à sustentabilidade para os pequenos produtores rurais, a instituição bancária aproxima esse conceito à realidade, visando causar um impacto positivo para a sociedade. Pois o critério deixa de ser somente financeiro, passando a considerar também

aspectos institucionais, sendo integrados os âmbitos social e ambiental nessa relação comercial.

Sob um olhar mais crítico, entende-se que a visão das entidades bancárias não está apenas associada ao aspecto de cuidar dos recursos naturais. Sobremaneira, está associado à reputação e imagem dos bancos perante a sociedade. Vai ao encontro dos dizeres de Eisenhardt (1988) que salienta que o uso de estruturas e processos que um ambiente legitima como sensíveis, implicam para a administração responsável agradar aos elementos externos e evitar potenciais reclamações de negligência, caso algo dê errado. E essa premissa vai ao encontro da Teoria Institucional, que é uma abordagem analítica que vai além dos fatores relacionados à eficiência, peculiar ao ambiente técnico. Levam em consideração também na condução das suas atividades, as pressões inerentes ao ambiente institucional. Procura legitimar essas estruturas e processos. E esse modo de conduta, gera padrões de interação e de adaptação, conforme preconiza Selznick (1996).

Callado, Callado e Almeida (2014) destacam que dentre os pressupostos conceituais atribuídos à perspectiva institucional, os valores externos possuem relevância para a organização. Fato este comprovado no caso em estudo. Desse modo, o ambiente é capaz de gerar visões compartilhadas coletivamente sobre a maneira pela qual as organizações deveriam se comportar. Isso dá legitimação às ações organizacionais, pois ressalta a necessidade de aceitação.

Além disso, no âmbito da Teoria Institucional, aparecem os conceitos de isomorfismo competitivo e mimético. O isomorfismo competitivo considera uma racionalidade que dá ênfase ao mercado de competição. O isomorfismo institucional está relacionado a uma ênfase estrutural vinculada ao escopo burocrático. No contexto das linhas de crédito sustentável do BNDES, as ações das entidades bancárias que repassam recursos do BNDES tornam-se homogêneas através de mecanismos isomórficos em relação ao ambiente institucional. Igualmente, incorporam regras e ditames burocráticos para repasse de recursos, para garantir a legitimação no contexto social.

DiMaggio e Powell (1991b) destacam que os mecanismos isomórficos podem ser classificados como: coercitivo; normativo; e mimético. O isomorfismo coercitivo se refere às influências de natureza política e legal sobre as organizações. O isomorfismo normativo está associado a padrões profissionais. E o isomorfismo mimético se refere à adoção de padrões em resposta à incerteza. No âmbito

estudado fica visível que os requisitos legais sofrem influência direta sobre a organização. Isso gera padrões de conduta, explicitados por meio de normas, regras, diretrizes, critérios de seleção, classificação e adesão a linhas de financiamento específicas. Essa conduta está alinhada a classificação do isomorfismo estrutural, salientada por Vasconcelos e Vasconcelos (2002). Entretanto, é uma medida paliativa, cujo efeito é pontual e imediato. Não garante uma perenidade dos recursos naturais. É uma forma de cuidar dos recursos naturais e sociais de forma superficial e cuja prática é profanada nas diferentes mídias, como sendo um diferencial, um *plus* que as organizações bancárias oferecem aos cidadãos. E isso permite a longevidade da espécie humana e outras? Traz benefícios duradouros? Gera equilíbrio? São essas reflexões que precisam vir à tona, para que se possa afirmar que uma organização realmente contribui para a sustentabilidade de forma efetiva.

Ainda, salientar que na percepção de Vasconcelos e Vasconcelos (2002) a partir das estratégias definidas pelos gestores, uma organização pode identificar modelos normativos e estruturais para sua adequação ao ambiente institucionalizado. Isso pode ocorrer de quatro formas, quais sejam: coerção; indução; apropriação; e normalização. A coerção ocorre por meio de regras impostas pelo Estado ou por alguma organização que detenha poder para estabelecer normas, procedimentos, referências e limites obrigatórios para a atuação profissional das organizações. A não aceitação destas imposições pode significar a aplicação de punições ou sanções. No contexto estudado, os ditames regimentais e regulamentares são ditados pelo BNDES e as instituições bancárias apenas seguem essa conduta que lhe é imposta hierarquicamente.

A indução ocorre quando, na ausência de poder coercitivo por parte do Estado ou alguma organização capaz de impor normas ou condutas, há a utilização de estímulos positivos, financeiros ou não, com o propósito de influenciar as ações das diversas organizações para adotarem certas normas ou condutas. São as especificidades que as instituições bancárias incorporam para se diferenciarem dos concorrentes. E a apropriação (ou mimetismo) se verifica quando as organizações copiam as práticas e estruturas das organizações líderes, por acreditarem que elas sejam as mais adequadas ou porque sejam associadas a um determinado prestígio. É o que ocorre rotineiramente, quando os bancos ano a ano, apresentam estratégias

de inserção no mercado, busca de prestígio e legitimidade que são muito parecidas entre si, que fazem alusão às premissas preconizadas pelas líderes do setor.

A normalização abrange a autorização ou a legitimação das estruturas ou modos de funcionamento das organizações. Considera o reconhecimento de sua validade via entidade supra-organizacional reconhecida. Assim, o isomorfismo pode ser entendido como um conjunto de restrições que forcem uma organização pertencente a um determinado campo a se assemelhar a outras organizações deste mesmo campo, quando contextualizadas em um mesmo conjunto de condições ambientais (CALLADO; CALLADO; ALMEIDA, 2014).

Sob a orientação do chamado neo-institucionalismo, é possível perceber que o BNDES faz uso do poder, enquanto entidade soberana, para profanar modelos normativos e estruturais para o setor bancário. Essa perspectiva, na percepção de Carvalho, Vieira e Silva (2012) provém da teoria cognitiva. Dessa forma, explica que as organizações respondem a influência do ambiente, mas não apenas a variáveis concretas, tais como tecnologias, tamanho, mas também dão ênfase a valores, crenças e mitos compartilhados. Sobretudo, mostra que os elementos simbólicos e normativos são legitimadores de estruturas e práticas organizacionais.

Procurou-se explorar neste estudo os temas: instituições bancárias, sustentabilidade, financiamentos, critérios socioambientais para concessão de crédito e pressões institucionais, com o objetivo de demonstrar a relevância que os mesmos possuem no meio organizacional.

5 CONCLUSÃO

Verificou-se que a concessão de crédito rural pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vinculado aos elementos de sustentabilidade e aos agricultores familiares se apresenta de forma efetiva, pois além de fomentar atividades econômicas rurais, por meio de recursos economicamente mais viáveis, contribui de forma direta com a questão socioambiental.

Constatou-se que o BNDES, por ser um banco público e de desenvolvimento, é fundamental no processo de dinamização desta prática na economia. Neste sentido, contribui com o aumento da rentabilidade das atividades agrícolas, incentivando a permanência no espaço rural. Os recursos financeiros mais acessíveis para os agricultores familiares cooperam para a segurança alimentar do país.

Evidenciou-se que as instituições financeiras possuem para a sociedade, representatividade e influência, podendo integrar mais em seus processos e ações as questões socioambientais. Com o acesso facilitado às informações, a população mais consciente passou a exigir maior participação dessas organizações nas práticas de interesse coletivo. A relação do institucionalismo com o resultado econômico é percebido pelas organizações concomitantemente, devido a forte influência que os aspectos políticos, sociais e ambientais exercem sobre as empresas e na sociedade.

A concessão de crédito rural vinculado aos elementos de sustentabilidade pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos agricultores familiares contribui no processo de conscientização e práticas socioambientais, pois o acesso às modalidades creditícias com viés sustentável é previamente definido por critérios que devem ser amplamente cumpridos. A viabilidade destes recursos se justifica em virtude dos subsídios financeiros, onde rentabiliza as atividades agrícolas e com isso colabora com o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade corporativa se torna essencial no segmento bancário, as instituições financeiras alcançam maior legitimidade e a melhoria da imagem institucional perante a sociedade.

Sobretudo, que na análise à luz da Perspectiva Institucional, ficou evidente que as organizações bancárias tendem a se adequar as pressões do ambiente, no que se refere às práticas aceitas pela coletividade e nos valores aceitos pelo arranjo institucional. Os melhores resultados dos bancos estão diretamente aliados às pressões oriundas do ambiente, a gestão da mudança para o atendimento dos interesses específicos. O gestor que consegue entender esse cenário e se adaptar com antecedência tende a obter lucros extras. Fato esse, alusivo ao conceito de sustentabilidade, que permeia as estratégias e práticas dos diferentes negócios e setores.

Inclusive, no âmbito do setor bancário, o isomorfismo coercitivo se caracteriza pela conformação a pressões formais ou informais exercidas por organizações que exercem domínio de recursos escassos, especialmente financeiros. Especialmente, no escopo do estudo, se reporta aos ditames proferidos pelo BNDES. O normativo decorre da profissionalização que delimita e institui um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades específicas, que são internalizadas pelas agências bancárias e servem de diretrizes para o exercício

profissional de um bancário. O isomorfismo mimético é caracterizado pela adoção de modelos testados e bem-sucedidos em organizações similares. Ocorre quando diferentes bancos copiam as práticas de excelência e melhoria contínua adotada pelos concorrentes. Entretanto, apesar das pressões isomórficas, sempre há espaço para haver especificidades entre organizações. Estas são decorrentes de especificidades dos esquemas interpretativos dos gestores, o que por sua vez induz a diferentes posicionamentos organizacionais.

Conclui-se que ao exigir processos sustentáveis para a concessão destas linhas de crédito, o BNDES demonstra sua importância para a sociedade, por meio do processo de conscientização e na prática socioambiental. Gradativamente as práticas sustentáveis adotadas pelo BNDES são aceitas pela comunidade.

Por fim, permite dessa forma, a manutenção de uma imagem reconhecida de empresa social e ambientalmente responsável, devido à responsabilidade que a sociedade espera delas. Serve também, como parâmetro para outras instituições bancárias que desejam desenvolver linhas de crédito sustentáveis semelhantes, almejando melhorar seu reconhecimento pela sociedade ao incentivar este tipo de ação socioambiental.

Inúmeras são as possibilidades de pesquisas futuras a partir do estudo apresentado. Estudos comparativos entre as instituições financeiras que já possuem linhas de crédito rural e urbano com viés sustentável; evolução da concessão de crédito aos agricultores familiares e impactos econômicos e socioambientais. Enfim, são possíveis vários estudos envolvendo crédito, integração de critérios socioambientais nas análises de risco e crédito rural aos agricultores familiares. Essa continuidade na investigação em torno da temática sustentabilidade e instituições bancárias irão contribuir para a compreensão e conscientização da importância do desenvolvimento sustentável no setor e para gerar benefícios para a atual e as futuras gerações.

ABSTRACT

This article presents an analysis of credit lending by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), to small rural producers linked to elements of sustainability. Credit lines of this institution that have an interface with

sustainability were identified, they were described as they are granted and analyzed in the light of institutional theory. The study consists of document-based research, whose approach is descriptive, and with a qualitative approach. It was found that the BNDES includes sustainable elements in providing credit to family farmers through the Pronaf Agroecologia and the Pronaf Eco credit lines, which contribute to the development of sustainable agricultural activities and socio environmental awareness, and which are more economically viable in relation to traditional forms of credit. It must be emphasized that access to these resources is previously defined by sustainable criteria. With the adoption of corporate sustainability in the banking sector, financial institutions have achieved greater legitimacy and an improvement of their institutional image in society. Therefore, it is concluded that gradually, these practices adopted by the banks translate into acceptance by the population, who are becoming more interested in environmental problems, which proves the importance of the legitimacy of the organizations in the areas in which they operate.

Key words: Sustainability. Institutional Theory. Agricultural Credit.

NOTAS

- ¹ Mestrando em Administração (UNOESC).
- ² Mestrando em Administração (UNOESC).
- ³ Professora do Mestrado em Administração (UNOESC).
- ⁴ Professor do Mestrado em Administração (UNOESC).

REFERÊNCIAS

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Agropecuária*. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuação/Agropecuária/. Acesso em: 18/05/2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Faq – Crédito rural*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CREDITORURALFAQ>. Acesso em: 01/06/2014.

- BRUNDANI, A.; SASSAKI A. *Formação De Estratégia Na Visão Da Teoria Institucional: Críticas Ao Modelo*, ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, v. 3, n. 3 – 2007. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1414>. Acesso em: 03/05/2014.
- BRUNDTLAND, G. *Our Common Future: From One Earth to One World*. Nova York, Oxford University Press, 1987.
- CALLADO, A.; CALLADO, A.; ALMEIDA, M. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 4, n. 1, p. 204-217, jan./jun. 2014.
- CARVALHO, C.; ANDRADE, J.; MARIZ, L. Mudança na teoria institucional. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29. 2005, Brasília. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2005. p. 1-10. Anais...
- CARVALHO, C.; GOULART, S.; VIEIRA, M. A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 28. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2004.
- CARVALHO, C; VIEIRA, M.; SILVA, F. A trajetória conservadora da teoria institucional. *GESTÃO.Org - Vol. 10, No. Especial*, p. 469-496, dez. 2012.
- CEZAR, M. Responsabilidade Social: uma expressão da hegemonia. In: FRANCISCO, E.; ALMEIDA, C. (Org.). *Trabalho, território, cultura*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CLEGG, S.; HARDY, C. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006.
- DE CONTI, B.; ROITMAN, F. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. *Revista do BNDES* 35, jun./2011. p. 131-168.
- DIMAGGIO, P. Constructing an organizational field as a professional project: U. S. Art Museums, 1920-1940. In: DIMAGGIO, P.; POWELL, W. *The new institucionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 267-292.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality fields. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147-160, 1983.
- _____. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organization field. In: DIMAGGIO, P.; POWELL, W. *The new institucionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991a. p. 63-82.
- _____. Introduction. In: DIMAGGIO, P.; POWELL, W. *The new institucionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991b. p. 1-38.

EISENHARDT, K. Agency and Institutional Theory Explanations; the Case of Retail Sale Compensation. *Academy of Management Journal*, v. 31, n. 3, set./ 1988, p. 488-511.

FACHIN, R.; MENDONÇA, J. O conceito de profissionalização e da teoria institucional. In: VIEIRA, M.; CARVALHO, C. (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 19-41.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOQUE, Z.; HOPPER, T. Rationality, accounting and politics: a case study of management control in a Bangladeshi jute mill. *Manager Acc. Res.* 5, p. 5-30, 1994.

LOPES, D.; BALDI, M. Estratégia como contexto interfirma: uma análise a partir imersão social e da teoria institucional no setor de carcinicultura norte-rio-grandense. *RAM*, v. 14, n. 2. p. 210-242, 2013.

MATHIS, A.; MATHIS, A. *Responsabilidade Social Corporativa e Direitos Humanos: discursos e realidades*. *Florianópolis*, v. 15, n. 1,, jan./jun. 2012, p. 131-140.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. *Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios*. São Paulo: SENAC, 2008.

MENDONÇA, J.; GONÇALVES, J. Responsabilidade social nas empresas: uma questão de imagem ou substância? In: ENCONTRO DA ANPAD, 26. 2002, Salvador. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2002. p. 1-12. Anais...

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Organizations as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, p. 340-363, 1977.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: UFSC, 2008.

MOURA, F.; DIAS FILHO, J. Evidenciação de cunho social em seis bancos brasileiros – uma análise à luz da teoria institucional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 33. São Paulo: Anpad, 2009. Anais...

OLIVER, C. The institutional embeddedness of economic activity. In: BAUM, J.; DUTTON, J. *Advances in Strategic management: the embeddedness of strategy*. London: Jai Press, v. 13, p. 163-186, 1996.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29. 2005, Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2005. p. 1-14. Anais...

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*.

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 20/05/2014.

SELZNICK, P. *TVA and the grass roots: a study in the sociology of formal organization*. Berkeley: University of California Press, 1949.

SELZNICK, P. *A liderança na administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

SELZNICK, P. Institutionalism “old” and “new”. *Administrative Science Quarterly*, v. 41, p. 270-277, 1996.

SCOTT, W.; MEYER, J. *Organizational Environments: Ritual and Rationality*. Los Angeles: Ed. Beverly Hills, 1991.

TACHIZAWA, T. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2010.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. A instrumentalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.

VASCONCELOS, F.; VASCONCELOS, I. Isomorfismo estrutural e os limites da normalização: Dois estudos de caso sobre a implantação das normas ISO 9000 em empresas de informática na França. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2. 2000, Curitiba. Anais... Curitiba: ANPAD, 2000.

VAZ, F. A teoria institucional e uma reflexão das teorias organizacionais na adaptação ao mercado competitivo. In: SEMANA ACADÊMICA. Os desafios das organizações no mundo digital, Paraná: Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná, 2013, p. 1-16. Anais... Disponível em: http://www.fatecie.com/revista_cientifica/2013/01.pdf. Acesso em: 15/05/2014

VENTURA, E. Responsabilidade social das empresas sob a ótica do “novo espírito” do capitalismo. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29. 2003, Atibaia. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2003. p. 1-16. Anais...

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.